



EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA E ANEXOS

IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE USINA DE RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS E GERAÇÃO DE ENERGIA, VISANDO À REDUÇÃO DE MASSA A SER ENCAMINHADA PARA DESTINO FINAL A PARTIR DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Dez/2024

Sumário

AVISO DE EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2024.....	5
1. DA PARTICIPAÇÃO.....	6
2. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES...	7
3. DAS DEFINIÇÕES.....	9
4. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	13
5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	14
6. DO OBJETO DA LICITAÇÃO.....	14
7. DOS ANEXOS DO EDITAL:.....	16
8. DO VALOR ESTIMADO PARA EFEITOS DA LICITACAO.....	16
9. DOS RECURSOS FINANCEIROS.....	16
CAPÍTULO II: DO EDITAL	16
10. DISPOSIÇÕES INICIAIS.....	17
11. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL.....	17
12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	17
13. ALTERAÇÕES DO EDITAL.....	18
14. DOS CUSTOS DAS PROPONENTES.....	19
15. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	19
16. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO.....	22
Subseção I - Exigências do Edital.....	24
Subseção II - ÁREAS e Demais Instalações Relacionadas aos SERVIÇOS.....	24
Subseção III – Responsabilidade.....	24
17. DO CREDENCIAMENTO.....	25
18. ABERTURA DA SESSÃO.....	25
19. DOS REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DAS PROPOSTAS.....	25
20. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	26
21. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	28
22. DOS REQUISITOS PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO QUANDO SOLICITADA PARA OUTROS FINS.....	28
23. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	29
Subseção I - Disposições Gerais.....	29
Subseção II - Habilitação Jurídica.....	30
Subseção III - Regularidade Fiscal e Trabalhista:.....	31
Subseção IV - Qualificação Técnica.....	31
Subseção V - Qualificação Econômico-Financeira.....	34

Subseção VI –Declarações.....	35
Subseção VII - METODOLOGIA DE EXECUÇÃO	36
Subseção VIII - Avaliação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	36
<u>24. DA PROPOSTA ECONÔMICA.....</u>	<u>36</u>
Subseção I - Disposições Gerais sobre a PROPOSTA ECONÔMICA	36
Subseção II – Forma de Julgamento da PROPOSTA ECONÔMICA	38
<u>25. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO</u>	<u>39</u>
<u>26. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO</u>	<u>39</u>
Subseção I – Abertura e Exame.....	39
Subseção II – Exame e Julgamento da PROPOSTA ECONÔMICA	42
<u>27. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:</u>	<u>43</u>
Seção I – Homologação.....	43
Seção II – Adjudicação	43
Seção III – Recursos.....	43
<u>28. DA CONSTITUIÇÃO DA SPE</u>	<u>44</u>
<u>27. DAS CONDIÇÕES PARA A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO</u>	<u>44</u>
Seção I - Convocação para a celebração do contrato.....	44
<u>28 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO</u>	<u>45</u>
<u>29 DAS CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO</u>	<u>45</u>
Seção I – Objeto do Contrato.....	45
Seção II – Metas da Concessão Administrativa	46
Seção III - Prazo de Vigência do Contrato	46
Seção IV – Direitos e Obrigações da SPE e do PODER CONCEDENTE	46
Seção V – Licenças SPE.....	47
Seção VI – Área	47
Seção VII – Seguros	47
Seção VIII – Serviços Afetos a Concessão Administrativa.....	47
Seção IX – Sanções.....	47
Seção X - Condições de Pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO	49
Seção XI - Reajuste e Revisão da CONTRAPRESTAÇÃO:	49
Seção XII – Garantia de Pagamento	49
Seção XIII – Da Subcontratação	49
Seção XIV – Do Compartilhamento dos Riscos.....	49
<u>30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</u>	<u>49</u>
Seção I – Contagem de Prazos	50
Seção II – Comunicações.....	50
Seção III – Disposições Diversas	50

AVISO DE EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2024

O Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo - CONISUD, torna público, que realizará processo licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, na forma eletrônica, no modo de disputa aberto, utilizando-se o rito procedimental comum, realizado nos termos do Edital, cujo objeto é a **IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE USINA DE RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS E GERAÇÃO DE ENERGIA, VISANDO À REDUÇÃO DE MASSA A SER ENCAMINHADA PARA DESTINO FINAL A PARTIR DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**, sendo que esta licitação é a do tipo **MENOR VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA** o qual será processado e julgado na conformidade com a Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar nº 12, de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e pelas leis específicas (Lei Federal nº 12.305/2010). As propostas deverão obedecer às especificações do instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes na BLL- Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

REQUISITANTE: Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo
INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 27/12/2024 as 10:00 hrs
FIM DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 03/02/2025 as 9:00 hrs
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/02/2025 as 9:30 hrs
INÍCIO DA DISPUTA: 03/02/2024 as 10:00 hrs
MODO DE DISPUTA: Aberto.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Todos os horários estabelecidos neste edital, aviso e Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

LOCAIS DE PUBLICAÇÃO

Diário Oficial do Município de Itapeacerica da Serra/SP – 27/12/2024
Site CONISUD: <https://conisud.sp.gov.br/> - 27/12/2024 – Na aba Concorrência Eletrônica 01/2024;
Página de divulgação Bolsa de Licitações e Leilões – BLL: <https://bll.org.br/editais/> - 27/12/2024
PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas – 27/12/2024

Informações no e-mail: conisud@conisud.sp.gov.br

Os trabalhos serão conduzidos por servidoras públicas nomeadas para função de Agente de Contratação, através da Portaria nº 01/2024 e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica <https://bll.org.br/>

OBJETO: outorga de **PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP)**, na modalidade concessão administrativa para a implantação e operação de usina de recuperação de materiais e geração de energia, visando à redução de massa a ser encaminhada para destino final a partir dos resíduos sólidos urbanos, cujo valor global estimado é de **R\$ 146.470.565,00** (cento e quarenta e seis milhões, quatrocentos e setenta mil e quinhentos e sessenta e cinco reais) pelo prazo

previsto de 35 (trinta e cinco) anos.

As cláusulas e condições dispostas neste EDITAL e em seus anexos foram objeto de consulta pública e de audiência pública, realizadas no período de 08/08/2024 a 31/08/2024, e na data de 12/09/2024 às 9:00h, respectivamente, conforme avisos publicados no Diário Oficial e no sítio eletrônico do CONISUD, qual seja, <https://conisud.sp.gov.br/>.

CAPÍTULO I: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. DA PARTICIPAÇÃO

1.1. Poderão participar desta Licitação, todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas, no objeto desta licitação, e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico, as empresas que apresentarem toda a documentação, por ela exigida, para respectivo cadastramento junto à Bolsa e Licitações e Leilões do Brasil, <https://bll.org.br/>, (41) 3097-4600, suporte ao fornecedor.

1.3. O Licitante deverá estar credenciado, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

1.4. O provedor do sistema eletrônico, poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, nos termos do regulamento do sistema.

1.5. O CONISUD, está isento de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema www.bllcompras.org.br, ficando a cargo do(a) licitante vencedor(a) do certame, os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, nos percentuais compatíveis com o objeto licitado neste edital, de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes, Licitante e BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

1.6. Não poderão participar desta licitação os interessados:

1.6.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

1.6.2. Que não atenderem às condições deste Edital e seus Anexos;

1.6.3. Estrangeiros, que não tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receberecitação e responder administrativa ou judicialmente;

1.6.4. Que se enquadrem, nas vedações contidas no Artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

1.6.5. Que estiverem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou

que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou que estejam cumprindo período de Suspensão no âmbito da Administração Municipal, ressalvado o conteúdo da Súmula Nº 50, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

1.6.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

1.7. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

1.8. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará, a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao valor estabelecido pela mesma, sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

1.9. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da declaração constante, no Anexo VII, para fins de habilitação, deverá quando, do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais, se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Artigos 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123/2006 ou normas pertinentes.

2. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

2.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas, deverão nomear através do Instrumento de Mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes, para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

2.2. A participação do licitante no pregão eletrônico, se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação, previstas no Edital.

2.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.4. A chave de identificação e a senha dos operadores, poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL- Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

2.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário, o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, a responsabilidade por eventuais danos, decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal, junto ao sistema eletrônico, implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica, para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.7. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível, do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

2.8. Caberá ao fornecedor, acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a Sessão Pública do pregão, ficando responsável, pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

2.9. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de Acesso, ainda que por terceiros.

2.10. Qualquer dúvida, em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações e Pregões do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

3. DAS DEFINIÇÕES

3.1. Os termos a seguir indicados, sempre que grafados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

ADEQUAÇÃO DOS SERVIÇOS: serviços prestados de forma regular, contínua, eficiente, segura, atual e universal, nos termos do art. 6º, § 1º, da Lei Federal n. 8.987/1995 e da Lei Federal n. 12.305/2010, na observância dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

AGÊNCIA REGULADORA: É a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (**ARSESP**) com competência para regular e fiscalizar a implantação e operação de usina de recuperação de materiais e geração de energia, visando à redução de massa a ser encaminhada para destino final a partir dos resíduos sólidos urbanos na ÁREA DE CONCESSÃO, por meio de Convênio de Cooperação;

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: servidor efetivo ou empregado público que é designado por uma autoridade competente para: tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, impulsionar o procedimento licitatório e executar outras atividades necessárias ao bom andamento da licitação.

APORTE PÚBLICO: eventual aporte de recursos a ser efetuado pelo PODER CONCEDENTE (municípios integrantes do CONISUD e participantes da PPP), em prol da CONCESSIONÁRIA, para a execução do OBJETO, conforme regras previstas na minuta do CONTRATO;

ÁREA DA CONCESSÃO: compreende o limite territorial do Município de Itapeverica da Serra, Embu Guaçu, São Lourenço e Juquitiba destinada a prestação dos SERVIÇOS, pela CONCESSIONÁRIA;

ÁREAS: são os imóveis, incluindo o seu solo, subsolo e seu espaço aéreo, onde serão implantadas as unidades de serviços, descritas no Anexo II – Termo de Referência;

AUDIÊNCIA PÚBLICA: etapa inicial da licitação referente a esta Concorrência, cuja realização se deu em 12/09/2024, para tornar pública as características da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, tendo em vista esclarecer os questionamentos apresentados durante a audiência e obter contribuições da sociedade para a elaboração deste EDITAL;

COMISSÃO: é a Comissão Permanente de Julgamento das Licitações do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo – CONISUD, designada para promoção e execução da LICITAÇÃO, incluindo a análise e julgamento da DOCUMENTAÇÃO e seleção da melhor proposta, observada as demais exigências, nesse caso,

estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/21;

CONCESSIONÁRIA: Sociedade ou Subsidiária Integral de Propósito Específico, constituída de acordo e sob as leis brasileiras, com o fim exclusivo de execução do objeto do Contrato.

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA: concessão na modalidade administrativa para a realização do objeto, outorgada à concessionária pelo prazo previsto no Contrato, conforme previsto no art. 2º, §2º, da Lei Federal nº 11.079/2004 e suas alterações posteriores.

CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA: valor devido pelo Poder Concedente à Concessionária, em função da prestação dos serviços descritos neste Edital e seus Anexos;

CONTRATANTE: é o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO/SP, representando os municípios da área da concessão administrativa, para os efeitos deste edital, designado simplesmente CONISUD;

CONTRATO DE CONCESSÃO ou CONTRATO: é o instrumento jurídico de concessão administrativa sob o regime de Parceria Público-Privada para a prestação dos serviços tratamento e destinação final dos resíduos, com previsão de aproveitamento energético visando a redução de massa que se encaminhará destino final, cuja minuta é a constante do Anexo III – Minuta do Contrato, ao presente EDITAL;

CRONOGRAMA: é o documento que contém o cronograma físico e a respectiva relação de metas e obrigações a serem cumpridas pela CONCESSIONÁRIA e pelo PODER CONCEDENTE, em relação à prestação dos SERVIÇOS e demais atividades definidas no CONTRATO conforme constante do Anexo VII – Metas e Obrigações;

DIRETRIZES AMBIENTAIS: São as diretrizes ambientais aplicáveis a obtenção das licenças ambientais expedidas para a implantação e execução dos SERVIÇOS E OBRAS, conforme a legislação ambiental em vigor e o Anexo V – Diretrizes Ambientais, do EDITAL;

DOCUMENTAÇÃO: é a documentação a ser entregue pelas PROPONENTES à COMISSÃO, nos termos deste EDITAL, abrangendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, incluindo a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e a PROPOSTA ECONÔMICA;

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: são os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira das PROPONENTES, de acordo com este EDITAL;

EDITAL: é o presente instrumento convocatório e regulador dos termos e condições da LICITAÇÃO, para contratação da CONCESSIONÁRIA, a prestação dos SERVIÇOS;

ESTAÇÃO DE DESCARGA: é o local a ser definido pela CONCESSIONÁRIA para que seja efetuada a descarga dos resíduos provenientes da coleta regular, nas dependências da Central de Tratamento e Geração de Energia, regularmente licenciada, por conta e risco da

CONCESSIONÁRIA;

GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: garantia prestada e mantida pela Concessionária em favor do Poder Concedente, atinente ao integral e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais da Concessionária previstas neste Contrato, inclusive o pagamento de eventuais sanções pecuniárias aplicadas, nos termos deste EDITAL e do CONTRATO;

GARANTIA DE PAGAMENTO: é garantia, oferecida pelo PODER CONCEDENTE, para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO, das multas e das indenizações que vierem a ser devidas nos termos do CONTRATO e do presente EDITAL;

GARANTIA DE PROPOSTA: é a garantia a ser prestada pelas PROPONENTES de forma a garantir a manutenção da PROPOSTA ECONÔMICA por elas apresentadas, nos termos do presente EDITAL;

INDICADORES DE DESEMPENHO: são os indicadores de desempenho a serem aplicados na avaliação da CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS constantes no Anexo VIII – Indicadores de Desempenho.

LICENÇAS AMBIENTAIS: são as licenças ambientais expedidas para a operação e/ou a implantação dos SERVIÇOS, conforme a legislação ambiental em vigor e o Anexo V – Diretrizes Ambientais do EDITAL;

LICITAÇÃO: é o procedimento administrativo da Concorrência Pública nº 01/2024, pelo qual o CONISUD irá selecionar a proposta mais vantajosa para a PODER CONCEDENTE, em atendimento ao presente EDITAL e com vistas à celebração do CONTRATO;

LICITANTE ou PROPONENTE: empresa individual ou consórcio de empresas participante da presente LICITAÇÃO;

LICITANTE VENCEDOR: LICITANTE que tendo atendido as condições do EDITAL apresente a proposta mais vantajosa, obedecidos os critérios de julgamento.

METODOLOGIA DE EXECUÇÃO: é o documento a ser exigido das PROPONENTES que demonstrará a metodologia a ser empregada na prestação dos SERVIÇOS, devendo abordar as questões referidas neste EDITAL, que integrará os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, mas será apresentado em campo próprio no sistema eletrônico para participação do certame, nos termos do Anexo IV – Termo para a Elaboração da Metodologia de Execução nos termos deste Edital;

PLANO DE NEGÓCIOS: plano cobrindo o prazo integral da Parceria Público-Privada, com todos os elementos operacionais e financeiros relativos à execução dos serviços, assim como uma descrição das ações pretendidas pelo adjudicatário visando à exploração dos serviços,

observadas as especificações estabelecidas pelo Anexo II do Edital – Termo de Referência e o atendimento dos indicadores constantes do Anexo III do Contrato – Quadro de Indicadores de Desempenho;

PODER CONCEDENTE: é o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO/SP, representando os municípios de Itapequerica da Serra, Embu Guaçu, São Lourenço e Juquitiba, que poderá fiscalizar diretamente ou designar entidade para promover a fiscalização da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

PLANOS MUNICIPAIS DE RESÍDUOS SÓLIDOS: Planos de Gestão de Resíduos Sólidos dos Municípios Participantes do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo – CONISUD com todas as diretrizes, normas e indicadores, elaborado nos termos da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/10) cumulada com as diretrizes do Plano de Saneamento Básico (Lei Federal 11.445/07);

PROPOSTA ECONÔMICA: valor ofertado pela LICITANTE a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser paga pelo PODER CONCEDENTE para a execução do OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, que estará contida no campo próprio no sistema eletrônico para participação do certame – PROPOSTA ECONÔMICA, e que deverá ser elaborada de acordo com o Anexo IX – Termo de Referência para Elaboração da Proposta ECONÔMICA e para Elaboração do Plano de Negócios nos termos deste EDITAL;

REJEITOS: consistem, conforme definição prevista no art. 3º, inciso XV, da Lei Federal nº 12.305/2010, nos resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

RESÍDUOS PERIGOSOS: consistem, conforme definição prevista no art. 13, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 12.305/2010, nos resíduos que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam risco significativo à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com as leis, regulamentos e normas técnicas vigentes;

RESÍDUOS SÓLIDOS: consistem, conforme definição prevista no art. 3º, inciso XVI, da Lei Federal nº 12.305/2010, em material, substância, objeto ou bem descartado, resultante de atividades humanas em sociedade, cuja destinação final será procedida nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou que, para tanto, demandem soluções técnicas economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

SERVIÇOS: são todos os serviços públicos de tratamento e destinação final dos resíduos, com previsão de aproveitamento energético visando a redução de massa que se encaminhará ao destino final, nos termos do Anexo II do Edital – Termo de Referência;

SPE: sociedade de propósito específico que será constituída pelo LICITANTE vencedor para a consecução do objeto da Concessão, podendo no caso, mantida as condições iniciais de participação, sem exclusão dos participantes originários, agregar empresas que não tenham participado do processo mas com uma finalidade específica;

TERMO DE REFERÊNCIA: é o documento elaborado e apresentado pelo PODER CONCEDENTE, constante do Anexo II – Termo de Referência, ao EDITAL, composto do conjunto de elementos técnicos e referenciais, com nível de precisão adequado, para caracterizar os SERVIÇOS e a forma como estes serão prestados e executados.

USUÁRIO FINAL: é o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO/SP – CONISUD, representando os municípios de Itapequerica da Serra, Embu Guaçu, São Lourenço e Jquitiba.

VERIFICADOR INDEPENDENTE: Pessoa jurídica que poderá vir a ser contratada pela CONCESSIONÁRIA, após aceite do PODER CONCEDENTE, enquanto poder discricionário, para prestar apoio à operação dos serviços objeto da concessão.

4. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

4.1. A LICITAÇÃO e seu objeto serão regidos pela legislação vigente, em especial:

- a) Constituição Federal, em especial o artigo 30 e o artigo 175;
- b) Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;
- c) Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e artigo 31 da Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e suas alterações posteriores;
- d) Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, e suas alterações posteriores;
- e) Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- f) Lei Federal nº 11.445/2007 e Lei Federal nº 12.305/2010 e regulamentação vigente;
- g) Condições previstas neste EDITAL nos Anexos, que fazem parte integrante deste EDITAL;
- h) Lei Federal nº 11.107/05 Lei dos Consórcios Públicos
- i) Demais disposições constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis.

4.2. A modificação, revogação, ou reconhecimento de ilegalidade ou inconstitucionalidade

de qualquer ato normativo citado não altera ou afeta a presente LICITAÇÃO, no todo ou em parte, sendo que as normas regulamentares acima são referenciais e as legais vinculantes.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. Esta LICITAÇÃO será processada e julgada pelo critério de **MENOR VALOR DA CONTRA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA** a ser paga pelo PODER CONCEDENTE, conforme disposto no artigo 12, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 11.079/04 e suas alterações posteriores.

5.2. O modo de disputa será aberto/fechado.

6. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

6.1. Constitui objeto da presente **LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS PARA A OUTORGA, POR MEIO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, PARA A IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE USINA DE RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS E GERAÇÃO DE ENERGIA, VISANDO À REDUÇÃO DE MASSA A SER ENCAMINHADA PARA DESTINO FINAL A PARTIR DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**, nos termos fixados na legislação federal, neste EDITAL e seus Anexos, especialmente no Anexo II – Termo de Referência.

6.2. Os serviços de tratamento e disposição final de RESÍDUOS SÓLIDOS e REJEITOS deverão ser exercidos pela CONCESSIONÁRIA de acordo com as diretrizes e condições mínimas estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE, e com observância dos indicadores de desempenho estabelecidos no CONTRATO, com incremento contínuo e progressivo de sua adequação, quantidade e qualidade, conforme Anexo II – Termo de Referência do Edital e Anexo III – Minuta do Contrato – Quadro de Indicadores de Desempenho.

6.3. As atividades de tratamento de RESÍDUOS SÓLIDOS e respectivos efluentes compreenderão o uso de tecnologias adequadas de separação e classificação dos resíduos para utilização no aproveitamento energético e destinação final de seus rejeitos sólidos e efluentes em função do tratamento em Aterro Sanitário Licenciado, em locais estratégicos e com técnicas de engenharia adequadas à proteção do meio ambiente e da saúde pública, conforme diretrizes previstas no Anexo II – Termo de Referência deste EDITAL.

6.4. No tratamento dos RESÍDUOS SÓLIDOS e respectivos efluentes, sempre que possível e houver viabilidade econômica e tecnológica, também deverão ser executadas atividades de

reutilização, reciclagem, compostagem e outras medidas ou técnicas legalmente admitidas, conforme diretrizes previstas no Anexo II – Termo de Referência deste EDITAL, devendo essas atividades contribuírem para tornar mais eficiente a destinação final de RESÍDUOS SÓLIDOS e REJEITOS, e, assim, para a redução dos custos de operação e manutenção da operação.

6.5. Os RESÍDUOS PERIGOSOS, inclusive os de saúde pública passíveis de serem classificados como perigosos, deverão ser objeto de tratamentos diferenciados e especiais, compatíveis com a posterior destinação final de tais resíduos por meio de tecnologias sanitária e ambientalmente adequadas, que deverão observar as diretrizes previstas no Anexo II – Termo de Referência deste EDITAL e as condicionantes para a obtenção de licença específica para execução dessa atividade prevista na Lei Federal n. 12.305/2010, que incluem a inscrição no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos e a aprovação do Plano de Gerenciamento de tais resíduos pelo órgão ou entidade pública ambiental competente.

6.6. Serão objeto de tratamento e destinação final os seguintes RESÍDUOS SÓLIDOS e respectivos efluentes: urbanos, que compreendem os resíduos domiciliares e os resíduos de limpeza urbana; de estabelecimentos econômicos e prestadores de serviços; conforme diretrizes e especificações previstas no Anexo II – Termo de Referência deste EDITAL.

6.7. As atividades de reaproveitamento energético de resíduos, rejeitos, efluentes, líquidos e gases decorrentes do tratamento dos RESÍDUOS SÓLIDOS, cujas diretrizes estão previstas no Anexo II – Termo de Referência deste EDITAL deverão contribuir para a redução dos custos de operação.

6.8. O desenvolvimento de projetos tecnológicos que visem ao tratamento, redução, reutilização e segregação dos RESÍDUOS SÓLIDOS, ou ao seu reaproveitamento energético, inclusive para fins de elaboração da PROPOSTA ECONÔMICA, será de responsabilidade das Licitantes, devendo para tanto respeitar toda a legislação aplicável pelos órgãos ambientais, quanto ao processo de tratamento e de controle de emissões de gases e efluentes líquidos.

- a) A tecnologia proposta deverá atender às exigências de eliminação dos resíduos, restringindo o material destinado a aterro em no máximo 15% (quinze por cento) de toda a quantidade recebida. Devendo o material a ser descartado na condição de inerte e depositado em local adequado

6.9. A realização de todos os SERVIÇOS deverá respeitar com rigor todas as disposições, prazos e especificações técnicas constantes neste EDITAL e nos seus Anexos, bem como as disposições do CONTRATO e seus Anexos, assim como a legislação ambiental aplicável.

6.10. A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA pressupõe a adequada prestação dos SERVIÇOS, assim considerados aqueles que satisfizerem às condições de regularidade, eficiência,

segurança, atualidade, generalidade, cortesia, equidade e continuidade, nos termos do CONTRATO e seus Anexos, e sempre de acordo com as diretrizes e disposições da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10).

7. DOS ANEXOS DO EDITAL:

7.1. Constituem anexos deste EDITAL:

Anexo I – Modelo de Declarações;

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III – Minuta do Contrato;

Anexo IV - Termo para a Elaboração e Julgamento da Metodologia de Execução;

Anexo V – Diretrizes Ambientais;

Anexo VI - Matriz de Compartilhamento de Riscos

Anexo VII –Metas e Obrigações da Concessão Administrativa;

Anexo VIII –Indicadores de Desempenho

Anexo IX - Termo de Referência para Elaboração da Proposta Econômica e para Elaboração do Plano de Negócios;

Anexo X – Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-financeira;

Anexo XI - Modelo do Termo de Compromisso de Constituição da SPE; e

Anexo XII – Contrato Preliminar – Pré Contrato

8. DO VALOR ESTIMADO PARA EFEITOS DA LICITACAO

8.1. O valor estimado pelo PODER CONCEDENTE ao CONTRATO, para efeito desta CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, é de **R\$ 146.470.565,00** (cento e quarenta e seis milhões, quatrocentos e setenta mil e quinhentos e sessenta e cinco reais) pelo prazo previsto de 35 (trinta e cinco) anos correspondente ao somatório das CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS.

9. DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. As despesas decorrentes da execução do CONTRATO correrão por conta da dotação orçamentária 01.01.3.3.90.39.04.122.0001.04.1100000 – Ficha 5, conforme consta item 26.1 do contrato.

CAPÍTULO II: DO EDITAL

10. DISPOSIÇÕES INICIAIS

10.1. O presente EDITAL estabelece os procedimentos administrativos da LICITAÇÃO, bem como estipula as condições e o regime jurídico da contratação objeto deste instrumento, definindo as normas que vigorarão durante todo o trâmite da LICITAÇÃO e vigência do CONTRATO.

10.2. Este edital está disponível gratuitamente no portal <https://bll.org.br/>

10.3. O certame será realizado por meio do sistema do BLL, no endereço eletrônico <https://www.bll.org.br>, pela Comissão de Licitação.

11. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

11.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimento sobre os termos do EDITAL, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis** antes da data de ABERTURA DO CERTAME, conforme art. 164 da Lei Federal 14.133/2021.

11.2. O pedido de esclarecimentos deverá ser enviado aos cuidados da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, mediante comunicação escrita por meio eletrônico, em língua portuguesa e enviado mediante envio de e-mail ao endereço eletrônico: <https://www.conisud.sp.gov.br> ou no site <https://www.bll.org.br>.

11.3. As respostas às dúvidas e questionamentos suscitados serão respondidas em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e divulgada em sítio eletrônico oficial do CONISUD, qual seja <https://www.conisud.sp.gov.br> ou no site <https://www.bll.org.br>, para ciência de quaisquer outros interessados.

11.4. Demais prazos recursais obedecerão ao disposto nos artigos 165 a 168 da Lei Federal n.º 14.133/21.

12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da legal, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame através do sítio eletrônico <https://www.conisud.sp.gov.br> ou no site <https://www.bll.org.br>.

12.2. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal

mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

12.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4. A impugnação ao EDITAL deverá conter a identificação completa do seu autor, assinatura de seu representante legal (se pessoa jurídica) e cópia simples do documento que comprove esta condição em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do CERTAME, conforme dispõe o artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/21.

12.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme dispõe o artigo 164, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.6. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.3, a Comissão poderá adiar a abertura da sessão eletrônica, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

12.7. As impugnações ao EDITAL deverão ser julgadas pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

12.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.9. Acolhida a impugnação deverá ser publicado aviso no site do CONISUD <https://www.conisud.sp.gov.br> e/ou no site <https://www.bll.org.br> informando as alterações promovidas no EDITAL e o novo prazo para recebimento dos documentos no sistema eletrônico, salvo se, inquestionavelmente, tais alterações não afetarem substancialmente as condições de elaboração das propostas.

12.10. Demais prazos recursais obedecerão ao disposto nos artigos 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/21.

13. ALTERAÇÕES DO EDITAL

13.1. Em qualquer ocasião, até a data de entrega da DOCUMENTAÇÃO, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, a seu exclusivo critério, em consequência de esclarecimentos, impugnações ao EDITAL ou qualquer outro motivo de interesse público, poderá alterar o EDITAL.

13.2. Todas as alterações ao EDITAL serão divulgadas da mesma forma em que se deu a divulgação deste EDITAL, além de serem disponibilizadas aos PROPONENTES através do site do PODER CONCEDENTE.

13.3. Caso as alterações ao EDITAL impliquem, inquestionavelmente, modificações na apresentação ou formulação da DOCUMENTAÇÃO INICIAMENTE APRESENTADA, será reaberto prazo igual ao originalmente estipulado para entrega da DOCUMENTAÇÃO RETIFICADA, conforme dispõe o artigo 55, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

14. DOS CUSTOS DAS PROPONENTES

14.1. Todas e quaisquer despesas e/ou custos incorridos pelas PROPONENTES em razão da presente LICITAÇÃO, incluindo os gastos relativos à preparação da DOCUMENTAÇÃO, correrão às suas expensas, sendo de sua exclusiva responsabilidade e risco, ficando a PODER CONCEDENTE isento de qualquer responsabilidade ou ressarcimento, independentemente do resultado da LICITAÇÃO.

15. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

15.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema BLL (<https://www.bll.org.br>).

15.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

15.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

15.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

15.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

15.5. Não poderão disputar esta licitação:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a

ele relacionados;

- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

15.5.1 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

15.6. Poderão participar da LICITAÇÃO, empresas brasileiras e estrangeiras, isoladas ou reunidas em consórcio, que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste EDITAL e a legislação pertinente.

15.7. É vedada a participação de empresas, isoladamente ou em consórcio:

- a) Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) Com suspensão do direito de participar em licitações ou impedidos de contratar com a Administração Pública;
- c) Que estejam em processo de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, quando, nesse último caso, não tenha plano de recuperação aprovado;
- d) Tiverem controle societário em comum com outro LICITANTE ou com pessoa jurídica integrante de outro CONSÓRCIO que participe da LICITAÇÃO;
- e) Cujos integrantes da equipe técnica pertençam simultaneamente a mais de uma LICITANTE;
- f) Que estejam interditadas nos termos do artigo 10 da Lei Federal n.º 9.605/98;
- g) Que tenham sido condenadas, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no artigo 10 da Lei federal nº 9.605/98;
- h) Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública da União, dos Estados e dos Municípios em virtude de sanção restritiva de direito por infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei federal nº 9.605/98;
- i) Que estejam sob intervenção da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC ou órgão que a substitua;
- j) Que ofereça mais de uma proposta na LICITAÇÃO, isoladamente (incluindo coligadas, controladas, controladoras ou sob controle comum) ou como integrante de consórcio.

15.8. Para as empresas estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

15.9. Um Proponente não pode ter conflitos de interesse. Os licitantes considerados como tendo conflitos de interesse, terão suas propostas excluídas. Um Proponente será considerado como tendo um conflito de interesses com uma ou mais partes neste processo de aquisição, se:

- a) Controla direta ou indiretamente, é controlado por outro Licitante, está sob controle comum com outro Licitante; ou
- b) Recebe ou concede de/a outro Proponente, direta ou indiretamente, uma subvenção;
- c) Possui o mesmo representante legal de outro Licitante; ou

- d) Tem um relacionamento mútuo, diretamente ou através de terceiros em comum, que permita influenciar na oferta de outro licitante, ou influenciar as decisões do Contratante em relação a este processo de licitação; ou
- e) Participar de mais de uma oferta neste processo de licitação como empresa independente e como membro de um consórcio. Se um Proponente participar de mais de uma oferta, todas as ofertas das quais participar serão desclassificadas. No entanto, esta disposição não restringe a inclusão do mesmo subcontratado em mais de uma Oferta; ou
- f) Qualquer um de seus afiliados participou como consultor na preparação do projeto ou nas especificações técnicas; ou
- g) Qualquer uma de suas afiliadas foi contratada (ou foi proposta a contratação) pelo Contratante como Engenheiro para a execução do contrato; ou
- h) Tenha uma relação familiar ou comercial próxima com o pessoal profissional da Contratante (ou da entidade executora do projeto ou de um destinatário de uma parte dos fundos) que: (i) esteja direta ou indiretamente relacionada à preparação das especificações do contrato ou dos documentos de licitação (inclusive a elaboração dos projetos e peças técnicas) e / ou do processo de avaliação da proposta do referido contrato; ou (ii) participe da implementação ou supervisão do referido contrato a menos que o conflito decorrente do referido relacionamento tiver sido resolvido de maneira aceitável durante todo o processo de aquisição e execução do contrato.

16. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

16.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, no caso de participação em consórcio, deverão ser entregues e comprovados individualmente por cada consorciada, admitindo-se, para efeitos o compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, e deverá ser apresentado dentro do campo específico e incluir, pelo menos, os seguintes elementos de acordo com o artigo 19 da Lei Federal 8.987/95 e no que couber o artigo 15 da Lei Federal 14.133/21:

- a) Prova de compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;
- b) Apresentação de documentos para aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal;
- c) Qualificação técnica, o somatório da experiência dos consorciados;
- d) Qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado na proporção de sua respectiva participação no consórcio, apenas para atendimento do patrimônio

líquido mínimo necessário, o qual deve ser acrescido de 10% (dez por cento) conforme estipulado no artigo 15, §1 da Lei Federal n.º 14.133/21. O patrimônio líquido do consórcio será calculado da seguinte forma:

e) Cada percentual de participação será multiplicado pelo patrimônio líquido exigido para o consórcio;

16.1.1 Os resultados obtidos serão comparados com os respectivos patrimônios líquidos de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar patrimônio líquido maior ou igual ao valor obtido no subitem anterior;

16.2. O instrumento de constituição de consórcio ou de compromisso de constituição de consórcio deve conter os seguintes requisitos:

a) Indicação da porcentagem de participação das consorciadas, não podendo haver participação inferior a 20% (vinte por cento);

b) Indicação de que pelo menos uma das consorciadas deve ter atuado no ramo de atividade compatível com o objeto desta LICITAÇÃO, ou seja, área de saneamento básico ou os critérios estabelecidos no Termo de Referência, sendo esta empresa obrigatoriamente a líder do consórcio;

c) Indicação da empresa líder do consórcio, obedecido ao artigo 15, inciso II da Lei Federal 14.133/21.

d) Outorga de amplos poderes a empresa líder do consórcio para representar as consorciadas, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos relativos a LICITAÇÃO, podendo assumir obrigações em nome do consórcio;

e) Declaração de Responsabilidade solidária das consorciadas até a assinatura do CONTRATO;

f) Declaração conforme ANEXO de que, caso vencedor o consórcio, as consorciadas constituirão a empresa CONCESSIONÁRIA, na forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE); e,

g) Declaração do Compromisso conforme ANEXO de manutenção dos percentuais de participação inicial das consorciadas até a constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE).

16.3. É vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

16.4. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista previstas neste Edital.

Subseção I - Exigências do Edital

16.5. As PROPONENTES deverão examinar, cuidadosamente, todas as instruções, condições, quadros, estudos e projetos disponíveis, bem como as leis federais e municipais e outras referências mencionadas no EDITAL e nos seus Anexos.

16.6. Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos e exigências para apresentação da DOCUMENTAÇÃO serão consideradas de responsabilidade exclusiva das PROPONENTES.

16.7. A apresentação de DOCUMENTAÇÃO que não atenda aos requisitos estipulados no EDITAL e seus anexos implicará na inabilitação ou desclassificação das PROPONENTES, conforme o caso.

Subseção II - ÁREAS e Demais Instalações Relacionadas aos SERVIÇOS

16.8. As PROPONENTES poderão realizar, a seu exclusivo critério, visitas técnicas nas ÁREAS e demais instalações existentes na ÁREA DE CONCESSÃO, que sejam relacionadas aos SERVIÇOS especificados no Anexo II – Termo de Referência, obtendo para si, às suas expensas e sob sua responsabilidade, todas informações necessárias à preparação da DOCUMENTAÇÃO, sendo vedadas proposições posteriores de modificação do preço, prazo ou outras condições ou, ainda, alegações de prejuízos ou reivindicações sob o pretexto de insuficiência de informações acerca do objeto do presente EDITAL.

16.9. A SPE não terá direito de qualquer reclamação, indenização, reivindicação de pagamento adicional, inclusive para a finalidade de justificativa de atrasos ou prorrogação de prazos contratuais, por motivos de dificuldades ou transtornos de qualquer natureza relativamente às condições existentes nas ÁREAS DA CONCESSÃO e demais instalações existentes.

16.10. Todos os dados existentes referentes às ÁREAS DA CONCESSÃO e demais instalações estarão disponíveis para as PROPONENTES na sede do PODER CONCEDENTE, para exame e cópia reprográfica, mediante requerimento e procuração.

Subseção III – Responsabilidade

16.11. A CONCESSIONÁRIA deverá se responsabilizar pelos imóveis e os bens móveis que lhe eventualmente sejam transferidos por força do presente CONTRATO, conforme o inventário a ser realizado pelo PODER CONCEDENTE em até 60 (sessenta) dias após a

assinatura do CONTRATO.

17. DO CREDENCIAMENTO

17.1. O credenciamento das empresas interessadas a participar desta concorrência pública ocorrerá em campo próprio através do sítio eletrônico BLL no seguinte endereço <https://www.bll.org.br>.

17.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desta concorrência deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

17.2.1 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CONISUD responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

18. ABERTURA DA SESSÃO

18.1 Os LICITANTES devem anexar ao site, a documentação pertinente a cada etapa do certame.

18.2 Todos os documentos deverão ser anexados em língua portuguesa.

18.3 Os documentos em língua estrangeira devem ser legalizados pela autoridade consular brasileira e traduzidos para o vernáculo por tradutor público juramentado.

18.4 A inclusão posterior de qualquer documento se dará conforme artigo 64 da lei 14133/2021;

18.5 Todas as declarações e documentos referidos neste EDITAL deverão ser firmadas por representantes legais da LICITANTE ou pessoa legalmente habilitada para fazê-lo.

19. DOS REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DAS PROPOSTAS

19.1 Os licitantes deverão prestar ao CONISUD a GARANTIA DA PROPOSTA no valor de R\$ **146.470,56** (cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos) correspondente a 0,1% do valor estimado para a contratação, conforme estabelece o artigo 58, § 1º da Lei Federal 14.133/21, ANEXANDO a guia de recolhimento no site e encaminhando para o seguinte e-mail conisud@conisud.sp.gov.br, até 1 hora antes da abertura da sessão.

19.2 A prestação da garantia da proposta poderá ser feita em uma das modalidades, à escolha do licitante, conforme artigo 96, §1, da Lei Federal 14.133/21.

19.3 O licitante poderá apresentar o original dos documentos ou declaração de autenticidade por advogado para conferência de autenticidade das cópias.

19.4 No caso de Consórcio, a garantia da proposta poderá ser apresentada por uma das empresas consorciadas, ou por todas elas, na proporção de sua participação no objeto.

19.5 A garantia da proposta será exigida na forma dos subitens anteriores, bem como nos termos do Art. 58. § 2º e § 3º da Lei da Lei 14.133/21.

19.6 Em conformidade com as diretrizes será apresentado em complemento a Declaração de integridade, elegibilidade e responsabilidade social e ambiental no formato anexado, exigido a apresentação do Programa de Integridade da licitante.

19.7 O Programa de Integridade deve ser um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, que contribuem para a identificação das exigências éticas; aplicação de códigos de conduta; análise e mitigação dos riscos e adoção de medidas preventivas.

19.8 O Programa de Integridade deve contemplar os seguintes aspectos: 1) Conhecimento sobre a organização; 2) Comprometimento da alta direção; 3) Autonomia da instância responsável; 4) Análise de perfil e riscos; 5) Estruturação de regras e instrumentos; 6) Comunicação interna e externa; e 7) Monitoramento contínuo.

19.9 Será, portanto, obrigatório a implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.

19.10 O desenvolvimento pelo licitante de Programa de Integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, será utilizado como critério de desempate entre duas ou mais propostas, sem prejuízo da aplicação do Art. 60 e seus incisos, da Lei nº 14.133/2021.

19.11 Na aplicação de sanções por infrações administrativas e admissão de reabilitação do licitante ou contratado deverá ser observado o Art. 156 e 163, da Lei nº 14.133/2021, respectivamente, quanto as questões pertinentes ao Programa de Integridade.

20. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

20.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

20.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio, até a data e horário marcado para abertura das propostas, o valor global e demais informações (vedada a identificação do titular da proposta até a conclusão da fase de lances) até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão eletrônica prevista.

a) Somente serão consideradas as propostas que estejam acompanhadas da comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, que corresponderá a 0,1% do valor orçado, sendo tal exigência considerada como requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

20.3. A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão eletrônica;

20.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação.

a) Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

b) Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pela Comissão, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

20.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante anexará ao sistema declaração de que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

c) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargo

previstas em outras normas específicas, conforme disposto no art. 116 da Lei nº 14.133/2021;

20.6. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 18.5.1 ao 18.5.4, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste edital.

20.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta no sistema, até a abertura da sessão eletrônica.

20.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão eletrônica e da fase de envio de lances.

21. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

21.1. O licitante deverá enviar uma proposta eletrônica, com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

21.2. Os valores deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

21.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

21.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

21.5. Os valores ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

21.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

21.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

21.8. Os licitantes devem respeitar os valores máximos estabelecidos pela Administração.

22. DOS REQUISITOS PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO QUANDO SOLICITADA PARA OUTROS FINS

22.1. A DOCUMENTAÇÃO poderá estar scanneada, sendo precedida de um sumário, com a indicação dos documentos e das páginas correspondentes, devendo todas as folhas estar

numeradas e rubricadas por responsável da LICITANTE ou pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome da LICITANTE.

22.2. Os documentos deverão ser enviados para a endereço conisud@conisud.sp.gov.br no prazo de até 04 (quatro) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo a critério da Administração.

22.3. A DOCUMENTAÇÃO deverá ser precedida de um sumário, com a indicação dos documentos e das páginas correspondentes, devendo todas as folhas estar numeradas e rubricadas por responsável da LICITANTE ou pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome da LICITANTE.

22.4. A DOCUMENTAÇÃO será apresentada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, sem emendas ou rasuras.

22.5. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues em uma única via, observadas as disposições do EDITAL.

22.6. As certidões exigidas para habilitação das LICITANTES emitidas sem indicação do prazo de validade serão consideradas válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua expedição.

22.7. Serão admitidas certidões obtidas pela Internet, desde que tenham sido emitidas por sites oficiais e que o documento contenha a indicação do sítio eletrônico onde poderá ser verificada a autenticidade da informação.

23. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Subseção I - Disposições Gerais

23.1. As PROPONENTES estão obrigadas a satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, conforme disposto no artigo 62 da Lei Federal nº 14.133/21 e no presente EDITAL.

23.2. As certidões exigidas para habilitação das PROPONENTES emitidas sem indicação do prazo de validade serão consideradas válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

23.3. Serão admitidas certidões obtidas pela internet, desde que tenham sido emitidas por sites oficiais e de que o documento contenha a indicação do site em que poderá ser verificada a autenticidade da informação pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

23.4. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC)

emitido pelo órgão competente, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

23.5. A verificação no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

23.6. A verificação pela Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

23.7. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital, bem como a condição de que trata o 17.1. deste Edital.

23.8. O licitante deverá apresentar junto a documentação de habilitação, declaração de responsabilidade pela autenticidade dos documentos apresentados.

23.9. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação.

23.10. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

23.11. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pela Comissão, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

Subseção II - Habilitação Jurídica

23.12. Os LICITANTES devem apresentar os seguintes documentos de habilitação jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais. No caso de sociedades limitadas, em que os administradores não constem do contrato social, ou quando se tratar de sociedades por ações, também deverá apresentar documentos de eleição de seus administradores. Em ambas as situações, o objeto social da LICITANTE deverá ser compatível com o objeto licitado, nos termos deste EDITAL;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Em se tratando de participação em consórcio, deverá ser apresentado instrumento

público ou particular de compromisso de constituição de sociedade de propósito específico, subscrito pelas consorciadas, a ser apresentado pela empresa líder.

d) Em se tratando de sociedade empresária estrangeira deverá ser apresentada portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Subseção III - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

23.13. Os LICITANTES devem apresentar os seguintes documentos de regularidade fiscal e trabalhista conforme estabelece o artigo 68 da Lei Federal 14.133/21:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo a sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos as contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei Federal n.º 8.212/91, as contribuições instituídas a título de substituição, e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em DAU;
- d) Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da LICITANTE, se estiver inscrita, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE, ou outra equivalente, na forma da lei, compreendendo tributos mobiliários e imobiliários;
- f) Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT da sede da LICITANTE.

Subseção IV - Qualificação Técnica

23.14. A qualificação técnica da PROPONENTE será comprovada mediante:

- a) Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da

sede da PROPONENTE e de seu(s) responsável(is) técnico(s), comprovando a regularidade da inscrição, obedecidas as disposições do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, ou órgão/entidade que tenha as mesmas atribuições, em se tratando de empresa estrangeira, em plena validade desde que com tradução juramentada.

b) Comprovação de aptidão técnica da PROPONENTE, através de comprovação de capacidade operacional da empresa por atestados técnicos emitidos em favor dos profissionais de seu quadro técnico, comprovando desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da LICITAÇÃO e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos através de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público e/ou privado, que comprovem a satisfatória execução de obras e serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores aos discriminados neste Termo de Referência, podendo ser de qualquer atividade do setor de saneamento básico ou outra que seja de produção de energia.

c) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no item a) por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

d) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

e) Comprovação de ter executado contrato de destinação final de resíduos sólidos ou outra atividade do saneamento básico que contemple unidades de tratamento e destinação de resíduos;

f) Comprovação de realização de projetos na área de resíduos sólidos ou nas demais áreas do saneamento básico;

g) Comprovação de exercício gerencial na atividade de resíduos sólidos ou nas demais áreas do saneamento básico;

g.1) O(s) atestado(s) referido(s) nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado do atestante, constando cargo e nome legível do signatário para eventual consulta ou diligência;

g.2) No caso de Consórcio, as participantes poderão valer-se do somatório de seus quantitativos

executados.

g.3) Não serão admitidos atestados emitidos em nome de eventuais subconcessionárias ou de outras empresas que não sejam as PROPONENTES.

h) Comprovação de aptidão técnica dos profissionais, através da apresentação de atestado de responsabilidade técnica de profissional (is) de nível superior que sejam, comprovadamente, pertencente(s) ao quadro permanente da empresa PROPONENTE na data de apresentação da DOCUMENTAÇÃO, e que comprove(m) ter(em) sido, o(s) referido(s) profissional(is), o(s) responsável(is) pela execução dos seguintes serviços:

- i) Capacidade executiva de execução do projeto:
 - O proponente deverá apresentar atestado de realização de projetos na área de resíduos sólidos ou nas demais áreas do saneamento básico.
- ii) Capacidade executiva de implantação do projeto:
 - O proponente deverá apresentar atestado de implantação de planta de geração de energia elétrica, tratamento de resíduos sólidos ou qualquer modalidade do saneamento básico.
- iii) Capacidade de operar o projeto após sua implantação
 - O proponente deverá apresentar atestação que comprove atividade gerencial na área do saneamento básico ou no desenvolvimento de planta de geração de energia elétrica.

iii.1) A experiência anterior do(s) profissional(is) deverá ser comprovada por atestado(s) de responsabilidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) CAT(s) - Certidão(ões) de Acervo Técnico, devidamente registrado(s) na entidade profissional(is) competente, que deverá(ão) conter, no mínimo, o(s) nome(s) do(s) profissional(is), a localização e a identificação da obra ou serviço executado, o período e o(s) quantitativo(s) básico(s) executado(s);

iii.2) No caso de Consórcio, as participantes poderão apresentar os atestados dos responsáveis técnicos de acordo com a regra prevista no item g.2) acima;

i) os profissionais indicados pela PROPONENTE, para fins de capacidade técnica de que trata as alíneas "e", "f" e "g", deverão participar dos SERVIÇOS, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela PODER CONCEDENTE;

j) comprovação de vínculo empregatício do(s) profissional(is), mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, Contrato de Trabalho, ou ficha de Registro de Empregados do Ministério do Trabalho. No caso de dirigente ou sócio, deve ser apresentado o contrato social com as últimas alterações, devidamente registrados na Junta ECONÔMICA, ou documento específico, igualmente registrado, que contenha a comprovação do cargo do Responsável Técnico, ou ainda como autônomo comprovado com a apresentação do Contrato de Prestação de Serviço;

k) O(s) profissional(is) deverá(ão) apresentar prova de registro vigente, comprovando que está(ão) regularmente registrado(s) no CREA de sua localidade;

23.15. No caso de Consórcio, os documentos exigidos nos itens 23.6 “a”, “b”, “d”, “e”, “f”, e “g”, deverão ser apresentados individualmente por cada uma das empresas componentes do respectivo Consórcio. E o documento solicitado no item 23.6.c, poderá ser apresentado – apenas – por uma das empresas que constituem o Consórcio.

Subseção V - Qualificação Econômico-Financeira

23.16. Os LICITANTES devem apresentar os seguintes documentos pertinentes a qualificação econômico-financeira conforme estabelece o artigo 69 da Lei Federal 14.133/21:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

23.17. A PROPONENTE deverá comprovar possuir patrimônio líquido de, no mínimo, R\$ 1.464.705,65 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e cinco reais e sessenta e cinco centavos), equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado do CONTRATO, admitida a atualização até essa data, através de índices oficiais, podendo ser comprovado sob a forma de qualquer das modalidades, a saber:

- a) Último Instrumento de Alteração Contratual, devidamente registrado.
- b) Balanço apresentado na forma da lei.

23.18. Em se tratando de empresas reunidas em consórcio, o valor mínimo a que se refere o item anterior será de, no mínimo R\$ 1.757.646,78 (um milhão, setecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos), devendo ser comprovado pela soma dos patrimônios líquidos das empresas que o compõem, na proporção de suas respectivas participações.

23.19. A LICITANTE deverá comprovar, ainda, que dispõe dos seguintes índices, extraídos de seu balanço patrimonial:

ILC (Índice de Liquidez Corrente) maior ou igual a 1.0

$$ILC = \left(\frac{AC}{PC} \right)$$

IE (Índice de Endividamento) menor ou igual a 1.0

$$IE = \left(\frac{PC + ELP}{AT} \right)$$

Sendo:

AT = Ativo Total;

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável a Longo Prazo;

ELP = Exigível a Longo Prazo.

Subseção VI –Declarações

23.20. Juntamente com os demais documentos referidos acima, as PROPONENTES deverão apresentar as seguintes declarações, conforme modelos constantes no Anexo I – Modelo de Declarações do Edital:

- a) que possuem pleno conhecimento das condições do Edital e todos os seus anexos;
- b) que adotarão mecanismos de governança;
- c) que a Proponente não é declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público;
- d) que cumprem o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal de 1988, em cumprimento ao disposto no inciso VI do artigo 68, da Lei Federal nº 14.133/21,
- e) que não há superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação;
- f) que inexistem no quadro de dirigentes da entidade, de servidores com vínculos no Poder Público;
- g) que se comprometem com a realização todos os investimentos necessários para a consecução do objeto do Edital;
- h) que cumprirão com a legislação ambiental com a devida responsabilidade.

23.21. No caso de a PROPONENTE ser consórcio, cada empresa consorciada deverá apresentar sua própria Declaração de Emprego de Menor.

Subseção VII - METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

23.22. Além dos documentos referidos anteriormente, conforme previsto no inciso I do Artigo 12 da Lei Federal 11.079/04, as PROPONENTES deverão apresentar, para fins de qualificação técnica, a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO dos SERVIÇOS, que conterá descrição e detalhamento acerca das principais atividades a serem desenvolvidas, definindo em que consistem e como serão realizadas, descrevendo, para cada uma, os recursos humanos e equipamentos a serem empregados na sua execução, as normas técnicas de referência, além da descrição clara e inequívoca da metodologia a ser empregada para a execução e controle de qualidade, nos termos e condições estipulados no Anexo IV - Termos para a Elaboração da Metodologia de Execução.

23.23. A METODOLOGIA DE EXECUÇÃO será analisada pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, podendo a mesma solicitar a análise das áreas técnicas envolvidas, desde que a equipe seja formalmente designada para tal atribuição, conforme os critérios e parâmetros constantes do Anexo IV - Termos para a Elaboração da Metodologia de Execução e será considerada habilitada a PROPONENTE que atender a todos os itens constantes do referido Anexo.

23.24. No caso de a PROPONENTE ser consórcio, deverá ser apresentada apenas uma METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

Subseção VIII - Avaliação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

23.25. Será inabilitada a PROPONENTE que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou não atender a quaisquer das condições relativas à habilitação, previstas nesta Seção VI.

23.26. A PROPONENTE inabilitada fica impedida de participar das fases subsequentes da LICITAÇÃO.

24. DA PROPOSTA ECONÔMICA

Subseção I - Disposições Gerais sobre a PROPOSTA ECONÔMICA

24.1. A PROPOSTA ECONÔMICA será apresentada em sistema eletrônico, datilografada ou digitada no computador devidamente impressa e rubricada, juntamente e as planilhas em Excel, em linguagem clara e objetiva, sem erros ou rasuras, devendo ser assinada pelo responsável técnico da PROPONENTE ou pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome da PROPONENTE.

24.2. Os valores da PROPOSTA ECONÔMICA serão expressos em Real (R\$), com data base do mês de referente ao mês de recebimento dos documentos para a participação do certame contendo todas as propostas.

24.3. A PROPOSTA ECONÔMICA deverá atender às condições e aos critérios contidos neste EDITAL, em especial às exigências constantes do Anexo IX - Termo de Referência para Elaboração da Proposta Econômica e para Elaboração do Plano de Negócios, do EDITAL.

24.4. A PROPOSTA ECONÔMICA deverá conter a oferta da PROPONENTE para o Valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e as projeções financeiras, para execução dos SERVIÇOS, conforme indicado no Anexo IX- Termo de Referência para Elaboração da Proposta Econômica A e para Elaboração do Plano de Negócios do EDITAL.

24.5. A PROPOSTA ECONÔMICA deverá conter o PLANO DE NEGÓCIOS da SPE, que deverá ser elaborado conforme especificações contidas no Anexo IX - Termo de Referência para Elaboração da Proposta Econômica e para Elaboração do Plano de Negócios do EDITAL.

24.6. A PROPOSTA ECONÔMICA deverá conter os valores que irão compor o valor da CONTRAPRESTAÇÃO, conforme especificado no Anexo VIII - Termo de Referência para Elaboração da Proposta Econômica e para Elaboração do Plano de Negócios do EDITAL.

24.7. Para elaboração da PROPOSTA ECONÔMICA, não deverão ser considerados quaisquer benefícios fiscais que possam vir a ser conferidos à SPE pela União, Estado ou Poder Concedentes, durante o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

24.8. O valor previsto na PROPOSTA ECONÔMICA, cujo valor máximo é R\$ 532.813,99 (quinhentos e trinta e dois mil, oitocentos e treze mil e noventa e nove centavos) por tonelada de resíduo entregue ao final do prazo da concessão, que será levado em consideração no julgamento da presente LICITAÇÃO, deverá abranger todos os custos referentes à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, que contemplarão, dentre outros:

a) o valor referente aos ônus e obrigações da SPE concernentes à legislação tributária, legislação trabalhista e legislação previdenciária, os quais correrão por sua exclusiva conta;

b) custos com seus contratados;

c) despesas relativas a serviços extraordinários e a serviços noturnos;

d) custos de mobilização e desmobilização na instalação dos SERVIÇOS a serem executados;

e) todos os demais custos diretos ou indiretos incidentes sobre a execução dos SERVIÇOS;

f) custos com contratação de seguros e garantias de construção, de cumprimento dos prazos e os demais necessários ao cumprimento do CONTRATO.

24.9. O prazo de validade das PROPOSTAS ECONÔMICAS deverá ser de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de apresentação da DOCUMENTAÇÃO, podendo ser renovado por iguais ou menores períodos.

24.10. O documento elaborado nos termos do Anexo IX - Termo de Referência para Elaboração da Proposta Econômica e para Elaboração do Plano de Negócios do EDITAL, deverá ser apresentado devidamente preenchido com a indicação do orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários para a composição da CONTRAPRESTAÇÃO e data-base de sua composição (que deverá ser o mês de apresentação da proposta), e será utilizado como referência no caso de necessidade de cálculos de eventuais indenizações ou ajustes com a SPE, nas condições previstas no CONTRATO.

24.11. Será apresentada apenas uma PROPOSTA ECONÔMICA em relação a cada consórcio.

Subseção II – Forma de Julgamento da PROPOSTA ECONÔMICA

24.12. O critério de julgamento desta LICITAÇÃO será o de menor valor da CONTRAPRESTAÇÃO por tonelada de resíduo entregue a ser paga pelo PODER CONCEDENTE, ofertado pelas PROPONENTES devidamente habilitadas, as PROPOSTAS ECONÔMICAS serão classificadas em ordem decrescente de valor, isto é, a PROPONENTE que apresentar o menor valor da CONTRAPRESTAÇÃO será considerada a primeira classificada.

24.13. O não atendimento do estabelecido na Subseção I anterior implicará a desclassificação da PROPONENTE.

24.14. Serão desclassificadas, ainda, as PROPOSTAS ECONÔMICAS cujos PLANOS DE NEGÓCIO demonstrem inviabilidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, conforme critério estabelecido o Anexo IX - Termo de Referência para Elaboração da Proposta ECONÔMICA e para Elaboração do Plano de Negócios do EDITAL.

- a) São exemplos de inviabilidade da proposta aquelas que, nos termos da legislação em vigor, contenham erros, omissões, ou supressões de itens relevantes e impactantes no valor da CONTRAPRESTAÇÃO oferecida, ou cujo valor da taxa interna de retorno (TIR) do PROPONENTE seja negativa ou igual ou inferior ao índice inflacionário oficial estimado para o exercício vigente.
- b) Serão desclassificadas também as PROPOSTAS ECONÔMICAS com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não sejam demonstrados como viáveis através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de

produtividade são compatíveis com a execução do objeto do CONTRATO, nos termos do artigo 59, parágrafos 3º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações posteriores.

- c) Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste EDITAL, nem de preços ou vantagens, baseados nas ofertas das demais PROPONENTES.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO

25.1 . O PODER CONCEDENTE, a seu exclusivo critério, poderá solicitar das PROPONENTES, a qualquer momento, esclarecimentos sobre a DOCUMENTAÇÃO.

26. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

Subseção I – Abertura e Exame

26.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

26.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

26.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

26.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

26.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão e os licitantes.

26.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

26.5. O lance deverá ser ofertado pelo menor valor da contraprestação pecuniária.

26.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

26.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

26.8. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor de contraprestação inferior ao

último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

26.9. No modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

26.9.1. A etapa de envio de lances da sessão eletrônica terá duração de 15 (quinze) minutos

26.9.2. Encerrado o prazo previsto no **item 24.9.1.**, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

26.9.3. Encerrado o prazo de que trata o **item 24.9.2**, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até **10% (dez por cento)** superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

26.9.3.1. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

26.9.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos **itens 26.9.3. e 26.9.3.1.**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

26.9.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos **itens 26.9.3. e 26.9.3.1.**, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no **item 26.9.5.**

26.10. Não serão aceitos dois ou mais lances com o mesmo valor de contraprestação, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

26.11. Durante o transcurso da sessão eletrônica, os licitantes serão informados, em tempo real, do **menor valor de contraprestação registrado**, vedada a identificação do licitante. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

26.12. No caso de desconexão com a Comissão, no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

26.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão eletrônica será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

26.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com **o valor de contraprestação pecuniária** de sua proposta.

26.15. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

26.15.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate obedecerá a seguinte ordem:

26.15.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

26.15.1.2. Persistindo o empate será assegurada preferência, sucessivamente aos serviços prestados por:

26.15.1.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

26.15.1.2.2. Empresas brasileiras;

26.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão eletrônica, a Comissão poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

26.16.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer superior ao valor de contraprestação definido pela Administração.

26.16.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

26.16.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

26.17. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, conforme previsto no §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

26.18. A Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a negociação realizada, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado, acompanhada dos documentos a ela pertinentes citados nos itens 18 e 21.

26.19. Comprovação da garantia de proposta mencionada no item 17.1 deste Edital.

Subseção II – Exame e Julgamento da PROPOSTA ECONÔMICA

26.20. Encerrada a etapa de negociação, a Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 13 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- I- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
- II- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e
- III- Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

26.21. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

26.22. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

26.23. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 24.18 deste edital.

26.24. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 26.24.1. Contiver vícios insanáveis;
- 26.24.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas nos Anexos II, IV, V, VII, VIII e IX, e outras condições/exigências contidas nos demais Anexos;
- 26.24.3. Apresentar valores de contraprestação inexequíveis ou permanecer acima do valor máximo definido para a contratação;
- 26.24.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 26.24.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;
- 26.24.6. Deixar de apresentar as declarações de que trata o subitem 24.17 deste Edital, bem como a comprovação da garantia de proposta mencionada no item 18.2.1.

27. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

Seção I – Homologação

27.1. O resultado do julgamento, realizado pela COMISSÃO, será submetido à deliberação da autoridade superior que poderá, a seu critério:

- a) homologar o resultado da LICITAÇÃO;
- b) determinar a emenda de irregularidade sanável, se for o caso;
- c) revogar a LICITAÇÃO, por razões de interesse público;
- d) anular a LICITAÇÃO, se for o caso, por ilegalidade insanável.

27.2. A LICITAÇÃO somente será revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta e será declarada nula, quando verificada ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado.

Seção II – Adjudicação

27.3. Homologada a LICITAÇÃO, será adjudicado o objeto à PROPONENTE vencedora.

27.4. A adjudicação produz os seguintes efeitos jurídicos:

- a) aquisição do direito de a PROPONENTE celebrar o CONTRATO;
- b) vinculação da PROPONENTE ao cumprimento das condições estabelecidas no EDITAL e no CONTRATO.

Seção III – Recursos

27.5. Das decisões da COMISSÃO caberá recurso, nos termos artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

- a) O recurso, dirigido ao Presidente da COMISSÃO, deverá ser protocolizado até às 16h:30 horas do último dia do prazo previsto na lei, no endereço mencionado no preâmbulo deste EDITAL, sob pena de preclusão.

27.6. Interposto o recurso, tal interposição será comunicada às demais PROPONENTES que poderão impugnar o recurso no prazo de 3 (três) dias úteis.

27.7. Nenhum prazo de recurso se inicia, ou corre, sem que os autos do processo estejam com vista aberta à PROPONENTE interessada.

28. DA CONSTITUIÇÃO DA SPE

28.1. Após a homologação da LICITAÇÃO, a PROPONENTE deverá, até no prazo de 120 dias antes da celebração do contrato, constituir a SPE, em que celebrará o CONTRATO com a PODER CONCEDENTE e será a responsável pela execução do objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, nos prazos previstos neste Edital.

28.2. A SPE, constituída pela PROPONENTE, assumirá a forma de sociedade anônima ou de sociedade por cotas de responsabilidade limitada e deverá ter como único objeto a execução dos SERVIÇOS, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no CONTRATO, de modo a viabilizar o cumprimento do CONTRATO.

28.3. A SPE deverá ser subsidiária integral da PROPONENTE.

28.3.1. No caso de a PROPONENTE ser consórcio, a SPE deverá ter como sócias as empresas integrantes da PROPONENTE, com as mesmas participações apresentadas para o consórcio.

28.4. O prazo de duração da SPE deverá corresponder ao prazo de vigência do CONTRATO.

28.5. O controle societário da SPE poderá ser transferido somente após anuência prévia da PODER CONCEDENTE.

28.5.1. Para fins de obtenção da anuência prevista neste item, o pretendente deverá:

- a) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e
- b) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do CONTRATO em vigor.

28.5.2. A transferência do controle societário poderá ser feita aos financiadores da SPE, após anuência da PODER CONCEDENTE, nos termos previstos no CONTRATO.

29. DAS CONDIÇÕES PARA A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

Seção I - Convocação para a celebração do contrato

29.1. Adjudicada a LICITAÇÃO pela PODER CONCEDENTE, a PROPONENTE será convocada para, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, cumprir as formalidades necessárias, descritas nas Seções seguintes, apresentar os atos constitutivos da SPE, que assinará o CONTRATO, sob pena de decair de seu direito à contratação, sem prejuízo da perda da GARANTIA DE PROPOSTA e da aplicação das penalidades previstas no § 5º e 6º do artigo 90 da Lei Federal nº14.133/21.

29.2. É facultado ao PODER CONCEDENTE, quando a SPE não se apresentar para assinar o CONTRATO no prazo e nas condições estabelecidas acima, convocar as PROPONENTES remanescentes, na ordem de classificação, para constituir uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) em igual prazo e nas condições da PROPOSTA ECONÔMICA do primeiro colocado. Para os efeitos deste EDITAL e do CONTRATO, a PROPONENTE remanescente que for convocada na hipótese deste item será considerada PROPONENTE.

29.3. O CONTRATO será celebrado entre a PODER CONCEDENTE e a SPE. O PODER CONCEDENTE se responsabilizará pela publicação do extrato do CONTRATO, na imprensa oficial, nos prazos contados da data de sua assinatura, conforme o disposto no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/21.

29.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no país, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

30. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

30.1. A SPE deverá, antes da assinatura do CONTRATO, prestar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no valor equivalente ao montante de 2% (dois por cento) de 12 (doze) contraprestações mensais.

30.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será prestada em uma das seguintes formas, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) seguro-garantia, em seguradora de primeira linha;
- c) fiança bancária, apresentada por banco de primeira linha.

31. DAS CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

Seção I – Objeto do Contrato

31.1. O CONTRATO terá como objeto a execução dos SERVIÇOS pela SPE, nos termos do

Anexo III – Minuta do Contrato deste EDITAL.

Seção II – Metas da Concessão Administrativa

31.2. As metas a serem atingidas pela SPE na execução do CONTRATO encontram-se especificadas no Anexo VII – Metas e Obrigações da Concessão Administrativa deste Edital.

Seção III - Prazo de Vigência do Contrato

31.3. A vigência do CONTRATO terá início a partir de sua assinatura e terá o prazo de 35 (trinta e cinco) anos, podendo ser prorrogado nos prazos e nas condições previstos no referido instrumento contratual, obedecendo a legislação aplicável.

Seção IV – Direitos e Obrigações da SPE e do PODER CONCEDENTE

31.4. A Planilha de Fluxo de Caixa, também, apresenta o valor da Taxa de Administração, a ser paga ao CONISUD mensalmente, pela vencedora do certame, a partir do início da Concessão e sempre até o 5º (quinto) dia útil de cada mês no valor de R\$ 40.183,00 (quarenta mil e cento e oitenta e três reais) no primeiro ano, representando um custo anual de R\$ 482.200 (quatrocentos e oitenta e dois mil e duzentos reais) e a partir do segundo ano um custo mensal de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais) a ser pago até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, representando um custo anual de R\$ 462.000 (quatrocentos e sessenta e dois mil reais).

31.5. O custo da Taxa de Administração – CONISUD representa um percentual de 1,64% referente ao valor das entradas menos a inadimplência.

31.6. A vencedora do certame também deverá repassar à AGÊNCIA REGULADORA o valor referente ao custo da regulação e fiscalização equivalente a 0,5% (meio por cento), no prazo estabelecido no Convênio de Cooperação, conforme a Planilha de Fluxo de Caixa.

31.7. A Concessionária deverá pagar mensalmente a AGÊNCIA REGULADORA durante todo o prazo da CONCESSÃO, o valor referente a taxa de regulação e fiscalização dos SERVIÇOS PÚBLICOS.

31.8. Os direitos e demais obrigações da SPE e do PODER CONCEDENTE encontram-se descritos no CONTRATO.

Seção V – Licenças SPE

31.9. A SPE será responsável pela obtenção de todas as LICENÇAS, observado o disposto no CONTRATO, que viabilizarão a execução dos SERVIÇOS e dos demais sistemas que serão construídos pela SPE.

Seção VI – Área

31.10. A ÁREA é aquela que será indicada pelo PODER CONCEDENTE para a implantação do projeto no município de Itapequerica da Serra/SP.

31.11. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela adequação da área indicada às necessidades da implantação do projeto.

Seção VII – Seguros

31.12. A PROPONENTE obriga-se a contratar, às suas expensas, junto à seguradora de primeira linha de sua livre escolha, seguro contra todos os riscos inerentes à execução dos SERVIÇOS, bem como àqueles previstos na minuta do CONTRATO, apresentando em até 30 (trinta) dias após a assinatura do CONTRATO a cópia autenticada ou o original das respectivas apólices de seguro.

31.13. Os seguros anteriormente mencionados deverão ter validade, ou ser renovados periodicamente, de modo a permanecer vigente e eficaz até o recebimento definitivo das OBRAS.

Seção VIII – Serviços Afetos a Concessão Administrativa

31.14. O CONTRATO especificará os serviços afetos à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, bem como as formas de prestação pela CONCESSIONÁRIA, conforme especificações contidas no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

Seção IX – Sanções

31.15. A falta de cumprimento, por parte da SPE, de qualquer cláusula ou condição do CONTRATO, do Termo de Referência e demais normas técnicas pertinentes, sem prejuízo do disposto, nas demais cláusulas do CONTRATO, ensejará a aplicação das seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente, nos termos da legislação aplicável:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública local por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; e

e) caducidade do CONTRATO.

31.16. Sem prejuízo das demais sanções de multa ou parâmetros para tais sanções estabelecidas na regulamentação conforme Anexo II – Termo de Referência, a SPE se sujeitará às seguintes sanções pecuniárias:

a) por ato ou omissão que importe em risco ao meio ambiente, à saúde pública ou ao erário público, mantido após a advertência dada pelo PODER CONCEDENTE, imposta com base nas cláusulas contratuais, multa no valor de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado;

b) por qualquer ato ou omissão que traga óbice ou dificuldade ao exercício da atividade fiscal do PODER CONCEDENTE prevista no CONTRATO, mantido após a advertência dada pelo PODER CONCEDENTE, imposta com base na Cláusula de Sanções do CONTRATO, multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado;

c) por desatendimento às normas de segurança, higiene ou medicina do trabalho, mantido após a advertência dada pelo PODER CONCEDENTE, imposta com base na Cláusula de sanções contratuais, multa de 1% (um por cento) a 10% do valor do contrato licitado;

31.17. A recusa da adjudicatária em assinar o contrato ensejará multa no valor de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

31.18. As hipóteses ensejadoras da aplicação das penalidades, bem como o procedimento e a forma de aplicação das sanções acima relacionadas encontram-se previstos no CONTRATO.

31.19. Na aplicação das sanções serão considerados:

31.19.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

31.19.2. As peculiaridades do caso concreto;

31.19.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

31.19.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

31.19.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Seção X - Condições de Pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO

31.20. O PODER CONCEDENTE efetuará o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO, nos termos definidos no CONTRATO.

31.21. A PODER CONCEDENTE poderá optar em efetuar o Aporte Público de recursos financeiros em favor da CONCESSIONÁRIA, nos termos da legislação em vigor.

Seção XI - Reajuste e Revisão da CONTRAPRESTAÇÃO:

31.22. A CONTRAPRESTAÇÃO será reajustada anualmente, por meio da aplicação dos critérios e fórmulas definidos no CONTRATO.

31.23. Os valores da CONTRAPRESTAÇÃO poderão ser revistos, em caso de necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, devidamente justificado e documentado após análise e aprovação do poder concedente, por motivos não causados pela SPE.

Seção XII – Garantia de Pagamento

31.24. Nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei Federal nº 11.079/2004, as obrigações pecuniárias contraídas pelo CONTRATANTE, o PODER CONCEDENTE, oferecerá GARANTIA DE PAGAMENTO prevista no CONTRATO, através de previsão orçamentária e emissão de empenho mensal para o efetivo pagamento da contraprestação devida.

Seção XIII – Da Subcontratação

31.25. A CONCESSIONARIA poderá efetuar a subcontratação de terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados, nos termos do Artigo 25 e parágrafos da Lei 8.987/95 e Lei 11.079/04.

Seção XIV – Do Compartilhamento dos Riscos

31.26. Os riscos da presente CONCESSÃO deverão ser compartilhados na forma do Contrato (Anexo III do Edital) e de acordo com o Anexo VI - Matriz de Compartilhamento de Riscos do EDITAL.

32. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção I – Contagem de Prazos

32.1. Na contagem dos prazos a que alude este EDITAL, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento, sendo considerados os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

32.2. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias de expediente na PODER CONCEDENTE.

Seção II – Comunicações

32.3. As comunicações dos atos mencionados neste EDITAL, no que se refere, especialmente, ao procedimento da LICITAÇÃO, serão feitas pela COMISSÃO, mediante publicação no diário oficial e, quando for o caso, comunicado às PROPONENTES por escrito, por meio de e-mail.

32.4. As comunicações das PROPONENTES à COMISSÃO deverão ser feitas por escrito, através do envio de carta ou e-mail para a PREFEITURA aos endereços já indicados no presente EDITAL, exceto nos casos em que este EDITAL dispor de modo diverso.

Seção III – Disposições Diversas

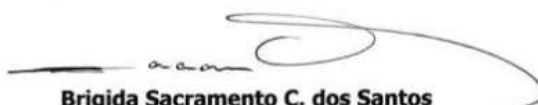
32.5. As dúvidas surgidas na aplicação deste EDITAL, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela COMISSÃO, respeitada a legislação pertinente.

32.6. Até a assinatura do CONTRATO, fica reservado a PODER CONCEDENTE o direito de resolver todo e qualquer caso singular, não previsto neste EDITAL e nos seus Anexos e tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente com o objeto do EDITAL.

32.7. A COMISSÃO poderá proceder a inspeções, auditorias e realizar ou determinar diligências a qualquer tempo, bem como se valer de assessoria técnica, para se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelas PROPONENTES.

32.8. Os termos dispostos neste EDITAL, bem como as cláusulas e condições do CONTRATO e as constantes dos demais anexos complementam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões, devendo ser respeitadas as regras de interpretação previstas no CONTRATO.

Itapecerica da Serra, 26 de dezembro de 2024.



Brigida Sacramento C. dos Santos
Secretaria Executiva